

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.446 - SP (2019/0253029-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **CLAUDIO DA SILVA REIS**
AGRAVANTE : **CLAVY ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA**
ADVOGADOS : **RONALDO NUNES - SP192312**
 SÉRGIO ALEXANDRE ACIRON LOUREIRO - SP224345
AGRAVADO : **WELLINTON TEIXEIRA DOS SANTOS**
AGRAVADO : **SARA DE JESUS SANTOS**
ADVOGADOS : **DANIEL GINEVRO SERRA - SP260964**
 LUIZ GUSTAVO DE ALENCAR ARAÚJO - SP265887
INTERES. : **ALEXANDRE BARBOSA DE PAULA**
ADVOGADO : **REYNALDO FRANZOZO CARDOSO - CURADOR - SP030210**

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. Sentença de procedência - Recurso dos requeridos (imobiliária e respectivo sócio). Preliminar - Cerceamento de defesa - Não acolhimento - Desnecessidade de produção de outras provas, bastando o conjunto reunido nos autos - Irrelevante a discussão acerca da inexistência de relação trabalhista ou societária do correquerido Alexandre com a imobiliária, pois os próprios recorrentes admitiram tê-lo indicado aos autores para atuar como despachante. Mérito - Cadeia de consumo configurada, diante da atuação de Alexandre, por indicação da imobiliária - Compradores hipossuficientes na relação, aceitando que o serviço fosse realizado por Alexandre, o qual fraudou documentos e ensejou prejuízo financeiro aos adquirentes - Nexo causal configurado, restando evidenciada a responsabilidade dos recorrentes - Presente o dever de indenizar. Sentença mantida pelos próprios fundamentos, restando prejudicado o pedido de liberação dos valores bloqueados - Exegese do artigo 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. Majoração da verba honorária imposta aos apelantes de 10% para 15% do valor da condenação, atualizado até o efetivo pagamento. PRELIMINAR REJEITADA, RECURSO IMPROVIDO.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões de recurso especial, alegam os agravantes, em suma, violação ao artigo 932, III, do Código Civil.

Sustentam sua ilegitimidade passiva para o feito, sob o argumento de que não poderiam ser responsabilizados por ato de terceiro que não compõe o quadro de funcionários da imobiliária.

Defendem que o cheque dado para fins de pagamento do valor correspondente ao ITBI do imóvel "não foi, com total certeza, depositado na conta bancária da Empresa Imobiliária Recorrente, e nem mesmo de seu sócio, isto é, se houve um golpe, como se dá a entender pela narrativa da Exordial, este é de total responsabilidade do Sr. Alexandre" (e-STJ, fl. 549).

Não foram apresentadas contrarrazões.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 555 - 556, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Não assiste razão aos agravantes.

Ao reconhecer a legitimidade dos agravantes para o feito, e sua responsabilidade indenizatória, a Corte local destacou que (e-STJ, fls. 538 - 539):

Com efeito, a prova produzida foi suficiente para ensejar o sentenciamento do feito no estado em que se encontrava, sendo desnecessária a produção de outras provas.

Na realidade, diante da aplicação da legislação consumerista vigente ao caso, sequer caberia a discussão acerca do fato de Alexandre ser, ou não, funcionário, representante ou sócio da empresa, visto que a própria imobiliária admitiu tê-lo indicado aos autores para que atuasse como despachante.

(...)

Com efeito, os consumidores - hipossuficientes na relação perante os apelantes - não poderiam ser obrigados a arcar com o ônus resultante do não pagamento do ITBI, sendo, na realidade, vítimas de uma conduta fraudulenta praticada por Alexandre, o qual inclusive foi preso acusado da prática de diversos crimes desta natureza (falsificação e estelionato).

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, a sentença deve ser mantida pelos próprios fundamentos, mesmo porque sequer foi negada a fraude, ocupando-se os apelantes de alegar ausência de responsabilidade pelo ocorrido - o que não se mostrou suficiente para afastar a respectiva culpa, mormente considerando o disposto no CDC acerca da solidariedade entre os membros da cadeia de fornecimento (artigos 7º e 25 do mencionado diploma).

Verifica-se que o fundamento utilizado pela corte de origem, consistente na aplicação do Código de Defesa do Consumidor à hipótese dos autos, em detrimento do disposto no artigo 932, III, do Código Civil, para fins de reconhecimento da responsabilidade indenizatória, não foi impugnado nas razões do recurso especial, circunstância que atrai a aplicação da Súmula 283/STF.

Por outro lado, ainda que assim não fosse, cumpre destacar que o reconhecimento de sua responsabilidade indenizatória foi alcançado após a análise de fatos e provas levados aos autos. Nesse contexto, a revisão da conclusão adotada na origem, para que se acolha a tese de ilegitimidade passiva, é medida que encontraria veto na Súmula 7/STJ, por demandar necessário reexame de fatos e provas.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora